



metro
mondego

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2018

VERSÃO APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 14 DE MARÇO DE 2019

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2018

Índice

1. SÍNTESE	3
2. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	5
3. ESTRUTURA DE CAPITAL	8
4. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	9
5. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	10
A. Modelo de Governo	10
B. Assembleia Geral.....	10
C. Administração e Supervisão	11
D. Fiscalização	15
E. Revisor Oficial de Contas (ROC).....	15
F. Auditor Externo	16
6. ORGANIZAÇÃO INTERNA	17
A. Estatutos e Comunicações	17
B. Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	18
C. Regulamentos e Códigos.....	21
D. Deveres especiais de informação	22
E. Sítio de Internet.....	24
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	24
7. REMUNERAÇÕES.....	25
A. Competência para a Determinação	25
B. Comissão de Fixação de Remunerações	25
C. Estrutura das Remunerações	25
D. Divulgação das Remunerações	26
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	28
9. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL.....	29
10. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	32
11. ANEXOS DO RGS.....	33

1. SÍNTESE

O projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) encontra-se numa fase de relançamento da sua realização e redefinição das condições e termos da sua gestão e exploração futura.

À Metro Mondego, S.A. (Metro Mondego), como concessionária em regime de serviço público, da exploração do SMM a implementar nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, compete promover um conjunto de tarefas relativas à execução do projeto como a seguir se explicita, bem como assegurar a realização dos serviços rodoviários alternativos ao serviço ferroviário do Ramal da Lousã e outras atividades complementares, nomeadamente a análise e emissão de pareceres relativos a operações urbanísticas na envolvente do canal do SMM.

Anunciada em 2017 a solução tecnológica para o SMM, o designado “Metrobus”, o Governo incumbiu a Infraestruturas de Portugal (IP) do desenvolvimento dos estudos, projetos e empreitadas relativas às infraestruturas¹, de modo similar ao ocorrido com a anterior solução de metro ligeiro.

Para efeito da realização das infraestruturas do SMM, a Metro Mondego e a IP celebraram um protocolo de colaboração técnica, de modo a permitir uma mais estreita e produtiva colaboração na elaboração dos estudos e projetos necessários, tendo em consideração as competências técnicas, recursos e conhecimento relativo ao projeto, de que a Metro Mondego é portadora.

De acordo com o calendário estabilizado (à data de dezembro de 2018), a realização dos projetos de execução e a sua aprovação deverão estar concluídos até ao 3º trimestre de 2019, estimando-se a realização das empreitadas entre o 2º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021, com a entrada em serviço do SMM ainda no decurso deste trimestre ou no início de 2022.

Recorde-se que a atualização em curso deverá confirmar que a realização do projeto se traduzirá num benefício para toda a Sociedade, quer em termos sociais e ambientais, como económicos. E assegurar a criação de um sistema de mobilidade moderno, eficaz e atrativo, em resposta às necessidades da população a servir e adequado ao (potenciando o) modelo de desenvolvimento que a região e o país necessitam.

A realização de obras e o início da operação, continuaram (e continuam) a ser os objetivos essenciais, sendo que para tal, como se tem afirmado, será necessário garantir, com objetividade e determinação, *“decisões e consensos que [possam...] ser adotados”* e assegurar a disponibilidade e utilização das verbas dos fundos comunitários, sendo certo que o calendário para a realização do SMM no quadro do Portugal 2020 está “condicionado” pelas regras de utilização e limites temporais muito próximos [e exigentes].

¹ De modo similar ao ocorrido com a anterior solução de metro ligeiro, pela REFER (e Invesfer).

O ano de 2018 correspondeu à entrada em “velocidade de cruzeiro” de grande parte das atividades relacionadas com o desenvolvimento do projeto, nomeadamente com a elaboração de estudos prévios e projetos de execução para a Linha da Lousã (Coimbra B – Serpins), bem com o arranque dos estudos relacionados com a Linha do Hospital, com a realização pela Metro Mondego, de análises internas de alternativas de traçado na zona urbana de Coimbra, contagens de trânsito e com a preparação do estudo de “alternativas de traçado e reordenamento de trânsito” a apresentar, em conjunto com a IP, à Tutela e à Câmara Municipal de Coimbra.

A Metro Mondego participou e participa ativamente nas ações desenvolvidas, destacando-se ainda a colaboração (e propostas apresentadas) à Tutela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e Infraestruturas de Portugal.

Refira-se, de entre os elementos elaborados pela Metro Mondego e pelo destaque que merece a *“Reflexão sobre a execução e operacionalização do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) / solução Metrobus”*², onde se identificaram e analisaram de forma sistematizada possíveis cenários para a operacionalização do Projeto.

A análise e reflexão efetuadas cobrem os seguintes aspetos:

- Modelo de contratação da implementação [ou execução] e exploração;
- Modelo organizacional na fase de investimento;
- Modelo organizacional na fase de exploração: responsabilidades pela operação (serviço) e gestão do contrato;
- Modelo de financiamento na fase de exploração: incluindo as responsabilidades do Estado central e dos municípios, na exploração e reinvestimento em renovações de infraestruturas e veículos).

No mesmo expressou-se, ainda, a necessidade de as bases da concessão deverem ser oportunamente adaptadas.

Dentro dessa conjuntura a Metro Mondego tem vindo a prosseguir a sua atividade tendo como objetivos prioritários a procura da garantia das condições visando a realização do projeto do SMM, bem como que da sua atuação em nada se onere ou protele a execução do projeto.

² Enviado (versão final) à Tutela em 12.01.2018).

2. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A Metro Mondego é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando o sector empresarial do estado (cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto).

Os membros do Conselho de Administração da Metro Mondego estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro.

A Metro Mondego tem como Missão:

- IMPLEMENTAR e DESENVOLVER um sistema de mobilidade nos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos públicos afetos ao projeto;
- GARANTIR um modo de transporte ecológico, moderno, confortável e seguro com uma adequada oferta de serviço e que promova a mobilidade da população;
- INTEGRAR o sistema num processo de modernização e articulação dos sistemas de transporte, contribuindo para a melhoria das acessibilidades e do desenvolvimento económico e social, bem como para as condições de integração territorial e de planeamento e ordenamento urbano.

e como Visão:

- Ser uma organização inovadora e reverente, interagindo com a população e assegurando a implementação, o acompanhamento e a monitorização eficazes da possível subconcessão do SMM, de forma a garantir elevados padrões de qualidade de serviço público (e a assegurar, dentro das especificidades existentes, nos Serviços Rodoviários Alternativos);
- Ser capaz de planear e implementar atividades complementares, de forma a rendibilizar os recursos existentes e a sustentar o seu desenvolvimento;
- Ser um agente de integração dos sistemas de transporte local promovendo a mobilidade das populações e um parceiro ativo no planeamento e ordenamento urbano.

Enquanto concessionária, a Metro Mondego tem como objeto e atividade principal a realização das prestações inerentes à concessão, ou seja, a conceção, o projeto de execução e a realização das obras de construção das infraestruturas³, o fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema objeto da concessão e sua exploração, bem como assegurar os serviços rodoviários alternativos ao antigo serviço ferroviário.

³ Com o anúncio, em 2017, da solução tecnológica para o SMM em “Metrobus”, o Governo incumbiu a Infraestruturas de Portugal (IP) do desenvolvimento dos estudos, projetos e empreitadas relativas às infraestruturas, de modo similar e partilha de responsabilidades ao ocorrido com a REFER para a anterior solução de metro ligeiro. E agora expresso na Resolução do Conselho de Ministros de 04.02.2019.

Para efeito da realização das infraestruturas do SMM, a Metro Mondego e a IP celebraram⁴ um protocolo de colaboração técnica, de modo a permitir uma mais estreita e produtiva colaboração na elaboração dos estudos e projetos necessários, tendo em consideração as competências técnicas, recursos e conhecimento relativo ao projeto, de que a Metro Mondego é portadora.

Pode ainda exercer as seguintes atividades autónomas, que são acessórias do objeto da concessão e destinam-se a assegurar os fins sociais do sistema de transporte concessionado e o equilíbrio comercial da sua exploração:

- a) Exploração comercial, direta ou indireta de estabelecimentos comerciais, escritórios, salas de exposições, máquinas de venda de produtos e serviços de publicidade aposta nas instalações do sistema ou no material circulante;
- b) Promoção, direta ou indireta, da construção ou venda de edifícios para fins comerciais, industriais ou residenciais nos terrenos ou edifícios que integrem o seu património, nomeadamente, devido a entradas dos acionistas;
- c) Prestação de serviços, nomeadamente de consultadoria e de apoio técnico;
- d) Transferência de tecnologia e de *know-how*.

Como referido no ponto anterior o projeto do SMM encontra-se numa fase de relançamento da sua realização e redefinição das condições e termos da sua gestão e exploração futura, na sequência do anúncio da solução tecnológica para o SMM, o designado “Metrobus”.

Por isso e como contributo para as decisões de política a adotar, a Metro Mondego identificou e analisou de forma sistematizada os possíveis cenários para a concretização e operacionalização do Projeto, no documento “*Reflexão sobre a execução e operacionalização do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) / solução Metrobus*” atrás citado. De entre as questões e propostas importa recordar e sublinhar as inerentes aos licenciamentos e possíveis modelos organizacional (responsabilidades pela operação e gestão do contrato) e de financiamento (incluindo as responsabilidades do Estado central e dos municípios, na exploração e reinvestimento em renovações de infraestruturas e veículos) na fase de exploração.

Mantendo-se a missão, objetivos e políticas, não pode deixar de se referir por tudo o que atrás foi dito, a necessidade de as bases da concessão serem reavaliadas e oportunamente adaptadas.

Dentro dessa conjuntura a Metro Mondego prossegue a sua atividade tendo como objetivos prioritários a procura da garantia das condições visando a realização do projeto do SMM, bem como que da sua atuação em nada se onerasse ou protelasse a execução do projeto.

O projeto do SMM torna-se essencial à resolução dos problemas de mobilidade e integração intermodal (interoperabilidade), que se verificam atualmente, devendo considerar-se como uma oportunidade e um exemplo (a promover para outros território) para o reforço do transporte coletivo de passageiros, num território fora das áreas metropolitanas embora com características de metropolização no que reporta a transportes e serviços (alguns de âmbito nacional).

⁴ Em 01 de Junho de 2018.

A Metro Mondego pode ser considerada, essencialmente, uma empresa de projeto, não tendo receitas de exploração, uma vez que o SMM não se encontra em exploração do serviço público.

A Metro Mondego, sem prejuízo da nova definição pela Tutela e acionistas, mantém como Visão a promoção e realização do transporte público – o SMM – atrativo, moderno, eficiente e sustentável, como contributo essencial para o desenvolvimento e economia da região e atento ao objetivo de internacionalização do sistema urbano da região como previsto no PNPO (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território). Para tal é essencial a melhor atenção na satisfação (não degradação e melhoria) das condições de mobilidade das populações, procurando o reforço da intermodalidade e integração entre os diversos sistemas de transporte e das políticas de mobilidade com o ordenamento do território.

Para alcançar estes valores é essencial a articulação com cada um dos municípios e com a CIM (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra).

A Metro Mondego, tem vindo a cumprir o Plano de Atividades e Orçamento anual apresentado.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social é representado por 1.075.000 ações de valor nominal de 1 euro (todas da mesma categoria, não existindo direitos preferenciais). Não se regista alteração do capital social desde 2001.

O capital social da Metro-Mondego, S.A. (1.075.000 €) está, desde Junho de 2001, distribuído pelos acionistas da seguinte forma:	Estado	53%
	Município de Coimbra	14%
	Município de Miranda do Corvo	14%
	Município da Lousã	14%
	(Infraestruturas de Portugal	2,5%
	CP	2,5%

A oneração de ações, ou a sua alienação a terceiros, ficam sujeitas a autorização prévia por parte da Tutela Financeira e Técnica.

O acordo parassocial dos acionistas da Metro Mondego, celebrado a 03/07/2001, encontra-se desatualizado em face das alterações aos estatutos ocorridas, na parte em que estabelece (no artigo 4.º) que, relativamente ao Conselho de Administração, o “Estado terá o direito a designar quatro membros, e de entre eles o presidente” e que “O grupo de acionista constituído pelos Municípios terá o direito a designar três membros”. De igual modo, prevê a existência de uma comissão executiva, entretanto suprimida, onde figurariam obrigatoriamente dois dos administradores designados pelo Estado - sendo um deles o presidente do conselho de administração - e um dos administradores designado pelos Municípios.

No artigo 6.º, o referido acordo refere que, quanto à mesa da assembleia geral, cabe ao Estado designar o presidente, aos Municípios o Vice-presidente, e à CP e REFER (atual Infraestruturas de Portugal), alternadamente, o secretário.

Mais se diz, no artigo 7.º, que a designação do fiscal único efetivo caberá ao Estado.

Com a alteração dos Estatutos, operada na Assembleia Geral de 07 de Novembro de 2012, o Conselho de Administração passou a ser constituído por três elementos (em vez dos anteriores sete), dos quais apenas um é executivo (em vez de três).

Na sequência desta alteração e em respeito com o atual regime de nomeação de gestores públicos a lista para o Conselho de Administração foi apresentada pelo Estado depois dos respetivos nomes terem sido apreciados pela CReSAP.

4. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A Metro Mondego não tem⁵ nem alienou qualquer participação social em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

À Metro Mondego não chegou qualquer comunicação que altere a posição relativamente ao facto de não existirem participações sociais, quer de qualquer órgão social quer da empresa, que, direta ou indiretamente, provoquem conflitos de interesse, atuais ou potenciais, entre membros de órgãos sociais e a sociedade, designadamente de despesas por si realizadas.

Os membros dos órgãos de administração têm presente que não podem interferir e decidir em interesses próprios, excluindo-se destes processos quando existam.

Acresce que não existem relações comerciais entre a Metro Mondego e os titulares de participações, à exceção da que respeita aos reembolsos à CP pelos valores por esta pagos pelos Serviços Rodoviários Alternativos, o que tem legal enquadramento nas Bases da Concessão.

⁵ Aguarda decisão da Tutela e Acionista a possibilidade de participação da Metro Mondego no Fundo Imobiliário Coimbra Viva I, por entrega em espécie. A Assembleia Geral aprovou por unanimidade em 6 de setembro de 2016 (Ata n.º 56) a proposta de “Reiterar o que ficou estabelecido em Assembleia Geral da Metro Mondego realizada em 29.05.2015 sobre a participação no “Fundo Imobiliário (FundBox) da SRU Coimbra” a saber: ‘Manifestar o acordo de princípio à alienação das parcelas sobrantes da Metro Mondego e participação no «Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana – Coimbra Viva I» (FundBox) condicionado a que o valor da alienação não seja inferior à totalidade dos encargos incorridos pela Metro Mondego com as parcelas sobrantes, designadamente, custos de expropriações, indemnizações, demolições e encargos financeiros decorrentes. A decisão final deverá ser deliberada após serem conhecidos os termos finais desta operação”.

5. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Modelo de Governo

O modelo de governo adotado pela Metro Mondego é o modelo clássico composto pelo Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.

B. Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual em 2018 (€)	
			Fixada ⁽¹⁾	Bruto Pago ⁽²⁾
2012-2014	Presidente	Luís Miguel Correia Antunes	615	-
2012-2014	Vice-Presidente	Paulo Jorge Carvalho Leitão	308	-
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	-

(1) Valor da Senha de presença fixada

(2) Não são aplicáveis reduções remuneratórias

O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012.

Não foi realizada Assembleia Geral durante o exercício de 2018⁶.

Quanto à assembleia geral, de acordo com o n.º 2 do artigo 12.º dos estatutos: “As deliberações que importem alterações aos estatutos, aumentos e reduções de capital, emissão de ações preferenciais e realização de prestações acessórias, fusão, cisão ou dissolução só poderão ser aprovadas com o voto concordante, em primeira convocação de assembleia geral, de acionistas que representem pelo menos dois terços do capital social”.

Dispõe o n.º 3 do mesmo artigo que: “Em segunda convocação, as deliberações referidas no número anterior podem ser aprovadas por votos que representem a maioria do capital”.

⁶ A última AG realizou-se em 06/09/2016. O Conselho de Administração diligenciou pela realização atempada das Assembleias Gerais ordinárias em 2017 e 2018, sendo-lhe alheios os motivos que determinaram a sua não realização, tendo elaborado e remetido as respetivas propostas de ordem de trabalhos para as AG 2017 e 2018.

Refira-se ainda que os documentos previsionais 2016, 2017, 2018 e 2019 foram apresentados à Tutela e inscritos no SIRIEF. De igual modo se passou com os Relatórios e Contas e Relatório do Governo Societário relativo aos anos de 2016, 2017 e 2018 (inscritos também no SIRIEF), ou seja, a sociedade Metro Mondego prestou contas com a respetiva certificação pelo Revisor Oficial de Contas.

C. Administração e Supervisão

1.

Compete à Assembleia Geral a nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais nos termos da alínea b), do nº 1 do artigo 12º dos estatutos.

2.

O Conselho de Administração é composto, desde 7 de Novembro de 2012, por 3 membros (em vez dos anteriores sete)), incluindo o Presidente do Conselho de Administração, designados por um período de 3 anos. Esta estrutura do Conselho de Administração é fixa. O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012. Em Assembleia Geral Ordinária de 2016 (18/05/2016; 23/06/2016 e 06/09/2016), no ponto quatro, o Acionista maioritário Estado propôs votar favoravelmente a não deliberação da eleição dos órgãos sociais “por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”.

3.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Nº Mandatos	Observações
			Forma	Data		
2012-2014	Presidente (executivo)	João José Nogueira Gomes Rebelo	AG	07-12-2012	1	(1)
2012-2014	Vogal (não executivo)	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	AG	07-12-2012	5	(2)
2012-2014	Vogal (não executivo)	Leonel Serra Nunes Pedro	AG	07-12-2012	1	-

(1) Por cedência especial de interesse público (CCDRC). O “termo do exercício das mesmas funções deve apenas processar-se de acordo com o disposto no nº 3 do art.º 10º dos estatutos da empresa e no nº 4 do art.º 391º do CSC [Código das Sociedades Comerciais]”, como confirmado na informação do Centro de Competências Jurídicas do Estado (JURISAPP).

(2) O Vogal Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira iniciou o 1º mandato a 6 de junho de 2002.

No que respeita ao conselho de administração, de acordo com o n.º 2 do art.º 17º dos estatutos, o mesmo não poderá deliberar qualquer um dos assuntos a seguir mencionados sem o acordo da maioria dos seus membros:

- Alienação, oneração ou locação de ativos corpóreos, incorpóreos e financeiros, bem como a realização de operações que impliquem o financiamento a terceiros ou endividamento da sociedade de montante igual ou superior a 10% dos capitais próprios tal como constarem do último balanço devidamente aprovado;
- Participação da sociedade no capital de outras sociedades, em agrupamentos complementares de empresas, e a celebração de contratos de consórcio e de quaisquer outros acordos ou contratos de cooperação e de associação em participação;
- Lançamento de concursos ou procedimentos para a contratação das prestações necessárias à conceção e projeto, à realização das obras de construção, ao fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema de metro e à sua exploração, bem como as respetivas adjudicações;

- d) Abertura de sucursais, delegações, escritórios de representação e a alteração do local da sede social;
- e) Âmbito das atribuições e competências da comissão executiva;
- f) Vinculação em qualquer ato ou contrato cujo impacto financeiro global para a sociedade seja superior a 10% dos capitais próprios desta, tal como constarem do último balanço devidamente aprovado.

4.

A síntese curricular de cada um dos membros dos órgãos sociais encontra-se em anexo a este relatório. Não existe Conselho Geral e de Supervisão.

5.

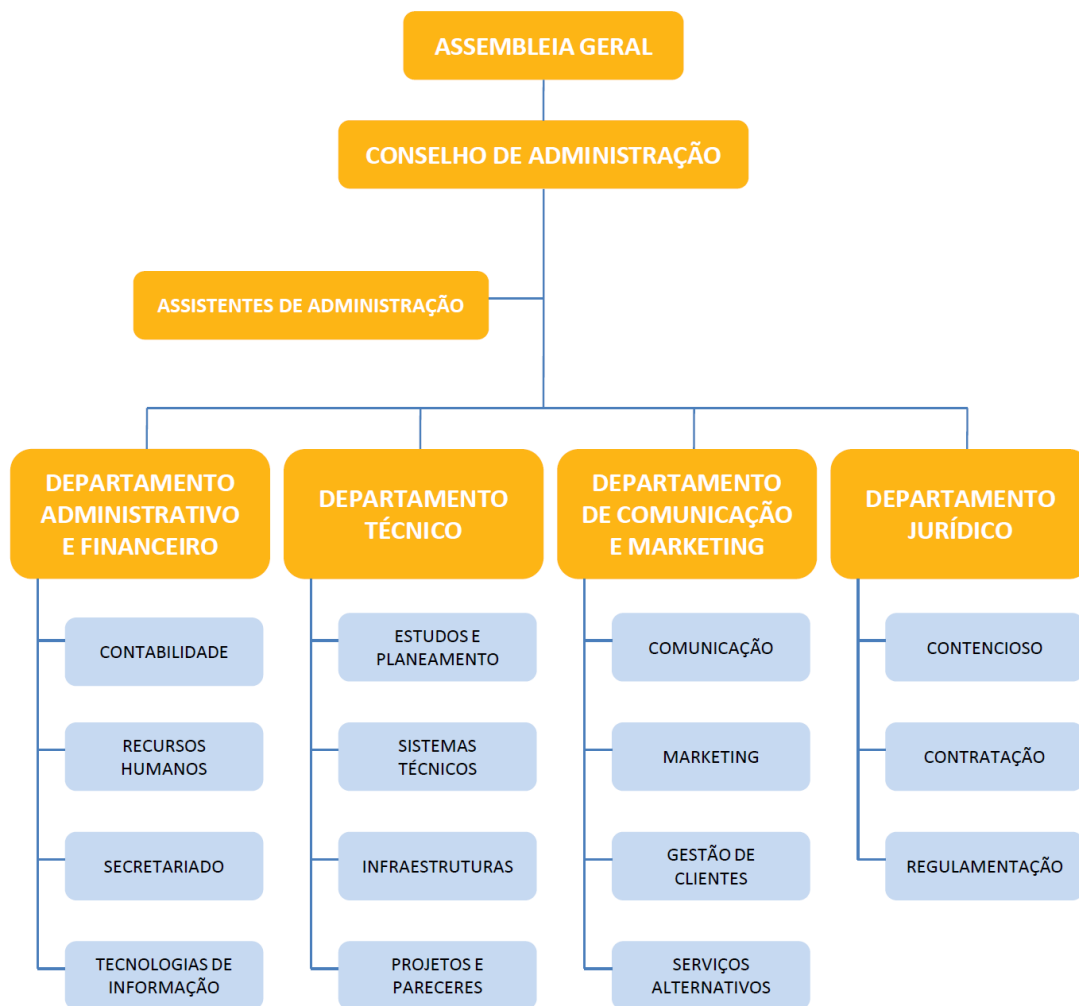
As Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração encontram-se em anexo.

6.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais ou significativas de qualquer membro do Conselho de Administração com acionistas.

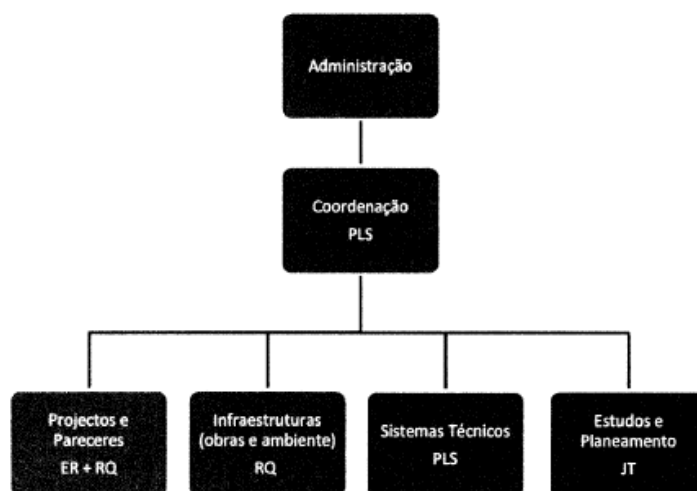
7.

Organograma da Metro Mondego:



A par das tarefas administrativas e financeiras que são coordenadas pelo Dr. Pedro Silva, o Conselho de Administração deliberou em 11.01.2018 “recapitular, no que reporta à coordenação e acompanhamento dos projetos e concursos, articulação com o consultor geral (IP / IPE) e com os diversos Departamentos da Metro Mondego” com responsabilidade direta do Eng. Pedro Sendas e conforme “modelo organizacional DT”.

Modelo Organizacional DT Despacho ADM (2018/01)
 Projeto SMM/Metrobus - A Gestão e Coordenação da intervenção da MM



8.

Ao Conselho de Administração cabe designadamente o desempenho das seguintes funções: execução, acompanhamento e controlo das prestações do contrato ou contratos celebrados; elaboração do projeto e plano de atividades e orçamento da sociedade; supervisão de todos os departamentos e serviços da sociedade; seleção e contratação de pessoal, técnicos e consultores; gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações respeitantes ao objeto social; representar a sociedade; estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno quanto ao pessoal e à remuneração; exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pela assembleia geral.

O Conselho de Administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, só podendo deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. Em 2018 o Conselho de Administração reuniu 13 vezes, sempre com a presença dos 3 elementos que o compõem.

A delegação de competências de gestão no Presidente do Conselho de Administração não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre os mesmos assuntos. O Presidente do Conselho de Administração está obrigado a prestar ao Conselho de Administração todas as informações relativas aos negócios da sociedade, em ordem a permitir o acompanhamento da gestão da empresa e o esclarecimento de questões concretas das matérias delegadas. No atual modelo de governo da Metro Mondego, o Presidente do Conselho de Administração é, como referido, o único elemento executivo.

A estrutura reduzida da Metro Mondego, tem tornado desnecessária a utilização da figura da delegação de competências, sem prejuízo da atribuição de tarefas específicas e de coordenação.

Não existem comissões no seio do órgão de administração e o Fiscal Único afigura-se como o órgão da sociedade competente para avaliar o desempenho dos administradores, para além da Assembleia Geral.

Os Administradores não executivos elaboram uma análise anual à Gestão da Sociedade.

A avaliação de desempenho do Administrador Executivo assenta em critérios pré-determinados, constituídos pelos seguintes indicadores:

- Estratégia de gestão, tendo em vista a minimização da assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindíveis;
- Redução de despesa, de acordo com a lei aplicável e as instruções da Tutela;
- Adequação da estrutura à atividade da sociedade;
- Atuação de acordo com o interesse dos acionistas e o interesse público inerente à Concessão.

A Assembleia Geral assume-se como o Órgão Social competente para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, tendo vindo a manifestar votos de louvor pela prestação demonstrada.

Membro do CA	Cargo	Acumulação de Funções		
		Entidade	Função	Regime
João Rebelo	Presidente (executivo)	(1)	Direção (1)	IPSS
Carlos Ferreira	Vogal (não executivo)	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	Quadro Superior	Público
Leonel Pedro	Vogal (não executivo)	CP	Responsável pelo Material Circulante	Público

(1) “Casa de Repouso de Coimbra (IPSS)” / Fundação Particular de Solidariedade Social Sem Fins Lucrativos. Presidente da Direção, não remunerado e sem funções executivas. Autorizado pela tutela, conforme ofício nº 5078, de 9 de agosto de 2013, da DGTF.

Os Órgãos Sociais e o Conselho de Administração foram propostos pelo acionista maioritário Estado (53%) e obtiveram a concordância dos restantes acionistas, devendo os mesmos serem considerados e atuarem de forma independente e responsável.

D. Fiscalização

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com os poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

A síntese curricular encontra-se em anexo a este relatório.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833) em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados (SROC nº 116).

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes (ROC nº 1029).

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	
2012-2014		Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	-	20161435		04-05-2010	9
2012-2014	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	20160459	AG	04-05-2010	9
2012-2014	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029	20160643	AG	04-05-2010	0

Nome	Remuneração Anual 2018 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	10.000	338	338	10.000

O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012. A eleição dos corpos sociais foi omissa (não abrangeu) quanto à eleição do fiscal único efetivo, tendo o mesmo continuado a exercer as suas funções.

Conforme já referido anteriormente, em Assembleia Geral Ordinária de 2016, (ponto quatro), o Acionista maioritário Estado propôs a não eleição dos órgãos sociais “por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”.

Relativamente ao exercício de funções do atual ROC refira-se que este cumpriu 9 anos até 31 de dezembro de 2018, encontrando-se ultrapassado o limite previsto no nº 2 do art.º 54º da Lei 140/2015, de 7 de setembro, sem prejuízo de o exercício de funções poder ser excecionalmente prorrogado até um máximo de 10 anos.

Não foram prestados outros serviços para além da Revisão Legal das Contas.

De acordo com o artigo 7º do Acordo Parassocial – datado de 3 de julho de 2001 - a designação do fiscal único efetivo compete ao Estado, assegurando desta forma a independência da gestão e da fiscalização.

F. Auditor Externo

De acordo com os estatutos da Metro Mondego, não existe Auditor Externo.

6. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Estatutos e Comunicações

As alterações dos estatutos estão sujeitas às regras gerais, concretamente, ao disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (artigo 36.º) e no Código das Sociedades Comerciais.

- **Decreto-Lei 10/2002 de 24 de Janeiro**

Este diploma atribui à Metro Mondego a concessão de serviço público, em regime de exclusividade, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

Define as **Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro de Superfície**, orientadoras quanto a disposições e princípios gerais, bens e meios afetos à concessão, regime financeiro, relações com o concedente, obrigações diversas da concessionária e escolha da subconcessionária.

Aprova ainda os **Estatutos da Sociedade**. Estes vieram a ser objeto de alteração na Assembleia Geral da Metro Mondego realizada em 7 de Novembro de 2012, em concreto o seu artigo 16º, passando o Conselho de Administração a ser constituído (reduzido para) por três administradores, dos quais só um executivo.

- **Decreto-Lei 226/2004 de 6 de Dezembro**

Altera o DL 10/2002, introduzindo algumas alterações, designadamente, decorrentes da aplicação do regime jurídico previsto no Decreto-Lei 86/2003, de 26 de Abril e alargamento do prazo de concessão para 40 anos.

- **Alteração do artigo 16.º dos Estatutos - Ata nº 49 da Assembleia Geral de 7 de Novembro de 2012**

O artigo 16.º dos Estatutos foi alterado, tendo sido reduzido o número de administradores, passando Conselho de Administração a ser constituído por três elementos (em vez dos anteriores sete), dos quais apenas um é executivo (em vez de três) e deixado de existir a comissão executiva. Assim o art.º 16º passou a ter a seguinte redação:

Composição

- 1- *O conselho de administração é composto por três membros*
- 2- *O conselho de administração integra um administrador executivo, ao qual é delegada a gestão corrente da sociedade e os seguintes poderes ou competências, entre outras a constar em regulamento aprovado pelo conselho de administração:*

- a. Execução, acompanhamento e controlo das prestações do contrato ou contratos celebrados pela sociedade, designadamente de subconcessão, para a conceção, projeto, realização das obras de construção, fornecimento e montagem do material circulante e exploração e para supervisão e coordenação das ações a realizar pela empresa que vier a ser escolhida para a fiscalização daquelas prestações;*
- b. Elaboração do projeto de plano de atividades e orçamento da sociedade e ainda das contas semestrais da sociedade;*
- c. Supervisão de todos os departamentos e serviços da sociedade;*
- d. Seleção e contratação de pessoal, técnicos e consultores necessários à promoção e acompanhamento das atividades da sociedade, desde que de acordo com o plano de atividades e orçamento aprovado;*
- e. Vinculação da sociedade, em quaisquer atos ou contratos, desde que inseridos em projetos, medidas, planos de negócios ou outros documentos previamente aprovados pelo conselho de administração, assim como a emissão de ordens de pagamento, cheques ou transferências bancárias necessários à execução dos atos ou contratos aqui referidos.*

A dimensão reduzida da estrutura da Metro Mondego e a segregação de funções adotada (e sempre que possível), são mecanismos que, associados às medidas de transparência e prevenção dos riscos de corrupção, previnem a fraude organizacional.

Não existem comissões no seio do órgão de administração e o Fiscal Único afigura-se como o órgão da sociedade competente para avaliar o desempenho dos administradores, para além da Assembleia Geral.

Os Administradores não executivos elaboram uma análise anual à Gestão da Sociedade.

No âmbito da implementação do novo regime contabilístico com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, a Metro Mondego introduziu uma desmaterialização significativa e aprofundou a segregação de funções, inclusivamente de autorizações e criação das operações.

Relativamente aos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade, a reduzida estrutura permite que o controlo sectorial seja efetuado reciprocamente, pela intervenção de, pelo menos, dois profissionais, em contacto permanente e direto com o Conselho de Administração. Qualquer suposta irregularidade que ocorra num certo departamento chega imediatamente ao topo da hierarquia societária, devido à já referida inexistência de uma organização estratificada.

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Como referido no ponto anterior, a dimensão reduzida da Metro Mondego e a segregação de funções, são mecanismos que, associados às medidas de transparência e prevenção dos riscos de corrupção, previnem a fraude organizacional. A reduzida dimensão, não é impeditivo de apresentar uma estrutura organizada.

A sociedade tem em vigor desde 2016, revisto anualmente (a última revisão é de 20 de fevereiro de 2019), um plano de prevenção dos riscos de corrupção. Acresce ainda, o facto de a Metro Mondego ter começado a promover uma reunião anual geral interna de identificação e debate de fraude e corrupção no sentido de identificar mecanismos de mitigação quanto a possíveis situações de fraude e corrupção.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a Metro Mondego introduziu uma desmaterialização significativa e aprofundou a segregação de funções, inclusivamente de autorizações e criação das operações.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é disponibilizado no site institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/PlanoAntiCorrup%C3%A7%C3%A3o/tabid/212/Default.aspx>

Relativamente aos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade, a reduzida estrutura permite que o controlo sectorial seja efetuado reciprocamente, pela intervenção de, pelo menos, dois profissionais, em contacto permanente e direto com o Conselho de Administração. Qualquer suposta irregularidade que ocorra num certo departamento chega imediatamente ao topo da hierarquia societária, devido à já referida inexistência de uma organização estratificada.

Sempre que o número reduzido de colaboradores o permite aplicar, a adoção de processos administrativos e de funcionamento integrados, tais como *workflows* automáticos que segmentam passos de tarefas, para obter um melhorado controlo interno.

A integração da gestão documental com o *software* de gestão, permitiram uma desmaterialização quase total. A informação financeira é completada com a abordagem analítica de projetos, *workorders*, naturezas e recursos para uma leitura mais rápida ao nível de desempenho de cada projeto.

O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em anexo, estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, os critérios de risco, as funções e as responsabilidades na estrutura e organização.

O sistema de controlo interno implementado na empresa é compatível com a reduzida dimensão da empresa. Numa base anual é realizado o Plano de Atividades e Orçamento que tem acompanhamento da execução mensal e emissão de relatórios trimestrais pelo Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e acompanhamento pelo Revisor Oficial de Contas com emissão do relatório que são conjuntamente apresentados ao Conselho de Administração e submetidos no SIRIEF (DGTF).

Os administradores não executivos acompanham regularmente a situação da empresa através das reuniões de Conselho de Administração.

O Controlo Financeiro é também supervisionado pelas DGTF, DGO, INE, IGF e TC.

O DAF que realiza a monitorização mensal da execução comparativamente ao previsto, despoletando um alerta à Administração sempre que seja possível identificar probabilidades

de desvios futuros ou na verificação desses desvios. Adicionalmente, cada departamento tem pelo menos um responsável por projetos (subdivisão atribuída a vários tipos de atividade no ano), que tem a responsabilidade de controlar a respetiva execução face ao plano orçamental.

A Metro Mondego identifica os seguintes riscos de atividade:

Riscos Económicos	Na atual situação do projeto, os riscos económicos presentes advêm de fatores externos, que impeçam a definição e apresentação de solução para o sistema de mobilidade do mondego. O adiamento sucessivo do projeto é também o reflexo das dificuldades económicas do país. Ao mesmo tempo, essas condições económicas adversas têm provocado redução da procura nos concelhos envolvidos e com impacto direto na viabilidade do investimento a realizar.
Riscos Financeiros	As variações das taxas de juro podem ser relevantes na tomada de decisões de financiamento para o projeto. Atualmente a Metro Mondego não tem qualquer solução de financiamento em curso. A eventual não atribuição da dotação em Orçamento de Estado/Apoios Comunitários
Riscos Operacionais	O adiamento da implementação do projeto e a solução alternativa rodoviária podem provocar uma habituação dos atuais utilizadores com sérias penalizações na implementação de uma solução devidamente enquadrada. A segurança dos utentes que utilizam o serviço alternativo rodoviário, que já dura há mais de 6 anos, na sequência do incremento do número de viaturas pesadas de passageiros em estradas sinuosas e a degradação do estado dessas estradas.
Riscos Jurídicos	As alterações legislativas, com impacto nas bases de concessão ou matérias jurídicas relevantes com impacto na empresa.

A elaboração das contas bem como de relato financeiro não estão separadas devido ao facto de não haver dimensão mínima para que a segregação funcional seja efetivamente possível nesta área. Toda a informação provém do Departamento Administrativo e Financeiro, fazendo contudo, separação entre a produção de contas e o relato das mesmas. A empresa faz vários reportes de informação financeira, espelhado no quadro abaixo.

Entidade	Tema	Informação	Periodicidade
DGTF	SIRIEF	Custos operacionais/DFC/PMP/Saldo em Dívida	Mensal
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - DFC previsional ajustada	Mensal
DGO	SIGO	Execução orçamental	Mensal
DGTF	SIRIEF	Informação Estável - Carregamento de documentos	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - PMP, Dívidas, UT	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Demonstrações Financeiras	Trimestral
DGO	Serviços Online	Balancete Analítico	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Responsabilidades Contingentes	Trimestral
INE	CTAP	Balancete	Trimestral
INE	WEBInq	Inquérito Trimestral - Despesas com Pessoal	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Execução (Endividamento, DACP, Indicadores RH, EFP, Passivo Remunerado, Benefícios)	Anual
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Previsional (Demonstrações Financeiras, Gastos Operacionais)	Anual
DGTF	SEE	Informação Site SEE (informação financeira, Modelo de Governo, EFP, Remunerações)	Trimestral
Tribunal de Contas	TC	Prestação de Contas	Trimestral

As contas anuais da empresa são divulgadas no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Relat%C3%B3rioContas/tabid/61/Default.aspx>

C. Regulamentos e Códigos

A Metro Mondego obedece ao Estatuto do Gestor Público bem como aos estatutos da sociedade.

Em matéria de contratação pública a Metro Mondego aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sempre sustentada por informação do Departamento que a sugere, com sujeição à apreciação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar. Maioritariamente, a despesa é previamente validada através de lançamentos contabilísticos de cabimentação e compromisso, realizado por Informação C1, C2 ou CC.

- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da Metro Mondego e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;

A Metro Mondego disponibiliza o Código de Ética no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/C%C3%B3digode%C3%89tica/tabid/205/Default.aspx>

O Código de Ética foi elaborado em 2010, numa lógica de *benchmarking*, mas sem inspiração direta nas normas NP 4460-1: 2007 e NP 4460-2: 2010.

Será atualizado decorrente das orientações que vierem a ser definidas quanto ao projeto.

O plano de gestão de riscos da corrupção e infrações conexas foi divulgado internamente por email, com a última revisão realizada 20 de fevereiro 2019, encontrando-se disponível no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/LinkClick.aspx?fileticket=Y33JeQb6GuQ%3d&tabid=212>

As medidas mitigadoras dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas adotadas constam do referido Relatório na sua Parte III (Medidas Preventivas dos Riscos).

D. Deveres especiais de informação

A Metro Mondego, dando cumprimento aos deveres de informação, nomeadamente ao reporte da informação económica e financeira, comunica para a plataforma SIRIEF, para o Setor Empresarial do Estado, para a DGO, tanto pelos Serviços Online como no SIGO. Encontra-se ainda a realizar prestação de contas ao Tribunal de Contas e ao INE, conforme já indicado no ponto B – Controlo Interno e Gestão de Riscos.

Em particular, no que se refere às alíneas d) a i) do nº 1 do artigo 44º do RJSPE, o reporte da informação é feito conforme se indica:

<i>a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;</i>	<i>Não aplicável</i>
<i>b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;</i>	<i>Não aplicável</i>
<i>c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;</i>	<i>Reporte efetuado em: Plataforma SIRIEF, Plataforma SIGO e DGO Serviços Online</i>
<i>d) Orçamento anual e plurianual;</i>	<i>Reporte efetuado em: Plataforma SIRIEF, Plataforma SIGO e DGO Serviços Online</i>
<i>e) Documentos anuais de prestação de contas;</i>	<i>Reporte efetuado em: Plataforma SIRIEF</i>
<i>f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.</i>	<i>Reporte efetuado em : Plataforma SIRIEF</i>

A Metro Mondego disponibiliza, após aprovação em Assembleia Geral, no seu site institucional o Relatório e Contas para consulta do público em geral, contendo a informação relativa à atividade da empresa do período a que respeita no âmbito do cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita.

E. Sítio de Internet

A *site* institucional da Metro Mondego é <http://www.metromondego.pt>.

Nele estão disponibilizados:

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<http://www.metromondego.pt/Contactos/tabid/79/Default.aspx>

b) Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Estrutura/Estatutos/tabid/214/Default.aspx>

c) Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Estrutura/%C3%93rg%C3%A3osSociais/tabid/179/Default.aspx>

d) Documentos de prestação de contas anuais

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Relat%C3%B3rioContas/tabid/61/Default.aspx>

e) Obrigações de serviço público: inexistente em consequência da interrupção do projeto de SMM.

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos 3 anos

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Dota%C3%A7%C3%B5esdoOr%C3%A7amentoEstado/tabid/215/Default.aspx>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Não existe contrato de prestação de serviço público.

7. REMUNERAÇÕES

A. Competência para a Determinação

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são estabelecidas por uma Comissão de Fixação de Remunerações, constituída por 3 membros, estando os atuais montantes definidos de acordo com a Ata nº 2 de 21 de Julho de 2003. Desde essa data, a Comissão não voltou a deliberar e atualmente não está nomeada nova Comissão.

As remunerações estão abaixo do estipulado no Estatuto do Gestor Público, de acordo com a classificação da sociedade como categoria C.

O Administrador Executivo prescindiu, embora previsto nos valores fixados, da utilização de viatura para uso total, fazendo apenas utilização exclusiva em deslocação em serviço.

As nomeações dos membros da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão de Fixação de Remunerações (CFR) são da competência dos acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	CFR
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	CFR
Remuneração dos dirigentes	NA

Em relação aos colaboradores da empresa os valores das respetivas remunerações corresponde ao determinado nos respetivos contratos. Em 2018 foi elaborado e aprovado o regulamento de carreiras da Metro Mondego.

A área de formação do quadro de pessoal resulta da identificação de lacunas ou necessidades em determinadas áreas com relevância e pertinência para o exercício de funções na empresa.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Nesta data não está nomeada.

C. Estrutura das Remunerações

As remunerações dos elementos da Mesa da Assembleia Geral são realizadas sob a forma de senhas de presença. Os elementos do Conselho de Administração auferem um vencimento mensal. O elemento executivo obtém uma remuneração base (14 meses) e despesas de representação (12 meses), acrescendo o subsídio de almoço por cada dia trabalhado. Quanto aos elementos não executivos auferem uma remuneração base (14 meses).

As remunerações dos órgãos sociais processadas estão de acordo com a ata nº 2 da Comissão de Fixação de Remunerações (datada de 21.07.2003) em sintonia com o Estatuto do Gestor Público e redução decorrente da Lei 12-A/2010, de 30 de junho.

Não existem remunerações variáveis nem contrato de gestão com prémios definidos.

A Metro Mondego não detém qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada, tanto para administradores como para trabalhadores.

Não houve, em 2018, indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

D. Divulgação das Remunerações

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Presidente (executivo)	Vogal (não executivo)	Vogal (não executivo)	Total CA
	João Rebelo	Carlos Ferreira	Leonel Pedro	
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	76.528 €	8.611 €	8.611 €	93.750 €
Entidade pagadora (origem/Destino)				
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	72.702 €	8.180 €	8.180 €	89.062 €
1.1. Remuneração Anual	59.748 €	8.611 €	8.611 €	76.970 €
1.2. Despesas de Representação (Anual)	16.780 €	-	-	16.780 €
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-	-
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.826 €	431 €	431 €	4.688 €
1.5. Redução decorrente da Lei OE				
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	-	-	-	-
1.7. Reduções de anos anteriores				
2. Remuneração variável				
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)				
4. Outras (identificar)				
Subsídio de deslocação				
Subsídio de refeição	1.078 €	-	-	1.078 €
Encargos com benefícios sociais				-
Regime de Proteção Social (CGA/ADSE/Segurança Social)	17.267 €	1.943 €	1.943 €	21.152 €
Seguros de saúde	-	-	-	-
Seguros de vida	-	-	-	-
Seguro de Acidentes Pessoais	936 €	-	-	936 €
Outros (indicar)	-	-	-	
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)				
Entidade (identificar)	Não	-	-	

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta € Vencimento	Despesas de Representação
Presidente	N	C	3.914	1.566
Vogal	N	C	979	n/a
Vogal	N	C	979	n/a

Nota: Valores de referência de acordo com o EGP para a categoria C da empresa

Membro do CA	Remuneração Anual 2018 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
João Rebelo	72.702	-	72.702	-	-	72.702
Carlos Ferreira	8.180	-	8.180	-	-	8.180
Leonel Pedro	8.180	-	8.180	-	-	8.180

(*) Vencimento e despesas de representação sem redução remuneratória

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual	Identif.	Encargo anual	Encargo anual	Encargo anual	Identif.	Encargo anual
João Rebelo	4,77	1.078	CGA	17.267	936	-	-	-
Carlos Ferreira	-	-	SS	1.943	-	-	-	-
Leonel Pedro	-	-	SS	1.943	-	-	-	-

Não existem outros montantes pagos por relações de domínio ou de grupo, nem de qualquer participação em lucros ou prémios, nem de qualquer indemnização.

As remunerações auferidas pelos elementos da Mesa da Assembleia Geral e Fiscal Único estão refletidas nos quadros dos pontos 5.B. e 5.E., respetivamente.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. A Metro Mondego rege-se pelo Código da Contratação Pública (aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro) e demais normas e diplomas atinentes.

Nesse sentido, tem já implementado, nos termos da lei, uma plataforma eletrónica de contratação pública pelo que procede às publicitações, nos termos exigidos pela lei, das relações contratuais com terceiros.

No que respeita aos ajustes diretos, a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, observando, com variações pontuais consoante os casos, comparações entre mais do que um fornecedor e prestadores de serviço. No decorrer do exercício não há aquisições ou prestação de serviço que alcancem 1 milhão de euros. O único montante mais próximo deste valor é de uma prestação com o total de 700.328 mil euros (inclui IVA) e diz respeito à operação dos Serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã.

Todas as transações são objeto de controlo financeiro e de execução pelo Departamento Responsável pela despesa bem como pelo DAF, sendo ainda verificado a taxa de execução face ao orçamento. Nos procedimentos de contratação de bens e serviços, e demais contratos procura-se, sempre que possível, realizar comparação ao nível da qualidade, preço, tempo e experiência.

Os FSE's em 2018 ascenderam a 131.140 € onde os seguintes fornecedores têm um custo associado superior a 5%:

Renda Edifício Sede	Herdeiros Prof. Ibérico Nogueira	35996€
Serv. Contabilidade e Ass. Fiscal	Dora Ferro	23.300 €
Assessoria Informática	Enso-origins	13.800€
Assessoria Jurídica	Dr. Rafael Reis	20.640€
Revisão de Contas	Dr. Gonçalves Mendes	10.000 €

2. Resultante da interrupção do serviço ferroviários a partir de Dezembro de 2009, para a execução das empreitadas de infraestrutura de Miranda do Corvo/Serpins e Alto S. João/Miranda do Corvo, dando cumprimento ao nº 2 do art.º 6 do DL 226/2004 de 6 de Dezembro⁷, a CP tem contratado os Serviços Alternativos previstos, e a Metro Mondego mantém transações relevantes com esta entidade, cujo valor ascendeu a 569.372,00 € (líquido de IVA) em 2018.

⁷ “Cabe à Metro Mondego assegurar a realização de transportes alternativos durante a fase de construção e implementação do sistema objeto de concessão, até à entrada em funcionamento deste”.

9. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

A Metro Mondego, enquanto concessionária do SMM, tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de ações tendo em vista a promoção, competitividade e rentabilidade socioeconómica do projeto, procurando garantir uma boa utilização dos bens públicos nele investidos.

Destacam-se em particular as seguintes ações:

- Desenvolvimento e acompanhamento da execução de todos os estudos e projetos necessários, com vista à procura das melhores soluções para o sucesso do projeto, de forma integrada e sustentada, procurando otimizar as soluções, seja ao nível da redução de custos da infraestrutura (do traçado, localização das estações e sua integração funcional, equipamento e materiais), do material circulante (especificações técnicas a adotar e/ou cedência), das medidas (em articulação com as autarquias) de ordenamento, acessibilidade e do aumento da procura (incluindo integração com os outros modos de transporte/operadores) e plano de exploração, bem como da procura e garantias de fontes de financiamento;
- Acompanhamento das obras realizadas/em curso e sua manutenção, bem como da gestão e conservação do património (terrenos e prédios);
- Estudo das soluções técnicas mais adequadas à futura Linha do Hospital com particular preocupação com a estabilização das soluções na sensível e importante área (do ponto de vista patrimonial e histórico) do centro histórico, em particular na área reconhecida como património da humanidade, classificado pela Unesco em 2013), onde tem havido um esforço particular em reduzir os riscos de derrapagem temporal e financeira do projeto decorrentes de imprevistos achados arqueológicos ao longo do canal;
- Os estudos e projetos realizados para o SMM foram avaliados na sua componente ambiental nomeadamente através da análise dos estudos de impacte ambiental e da obtenção das Declarações de Impacte Ambiental, no âmbito do projeto. Também os projetos de execução foram validados pelas entidades respetivas na sua componente ambiental através da análise dos relatórios de conformidade ambiental dos projetos de execução (RECAPE).
- Também nas análises de custo benefício realizadas, a sustentabilidade económica, social e ambiental é verificada, tendo-se obtido valia positiva da conjugação de todos os fatores envolvidos.

- Desenvolvimento de todo um conjunto de estudos estratégicos quer ao nível da estimação da mobilidade e procura potencial e de identificação e proposição de estratégias para a sua maximização, quer ao nível dos previsíveis custos de exploração do sistema.

O cumprimento dos objetivos pretendidos ou estimados do projeto não puderam ainda ser verificados em virtude da implementação do projeto só agora ter sido redefinida.

Por outro lado, apesar de ainda não se encontrar em operação, a Metro Mondego já assumiu compromissos ao nível do desenvolvimento sustentável.

Em 13 de Maio de 2005, na presença da Gestora da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP) para o desenvolvimento sustentável, a Metro Mondego tornou-se signatária da Carta para o desenvolvimento sustentável. A carta constituiu um compromisso voluntário mas mensurável, assumido pelos membros da UITP para implementar métodos de desenvolvimento sustentado nas suas organizações. Em 2007, a referida gestora da UITP, expressou o desejo da Metro Mondego incluir no caderno de encargos do seu projeto medidas que promovam o desenvolvimento sustentável, pois caso isso aconteça, o Sistema de Mobilidade do Mondego será considerado um dos metros mais verdes da Europa.

Não obstante a situação e limitações atuais, do ponto de vista económico, a Metro Mondego também olha para o interior da organização, através do incentivo prestado na valorização individual dos seus colaboradores. Promove a frequência de ações de formação que lhes acrescenta valor mas que também melhora as perspetivas de desempenho diário das funções que exercem. Esta promoção encontra-se condicionada na mesma medida da indefinição do projeto, aplicando a contenção de custos e recorrendo apenas a formações estritamente necessárias e urgentes.

A Metro Mondego é uma empresa de muito reduzida dimensão, atualmente com 8 colaboradores dos quais apenas 1 é do sexo feminino. Nos últimos anos, saíram, por iniciativa própria, dois elementos do sexo feminino que inclusive ocupavam dois dos 3 lugares de coordenação de departamento da empresa, tendo-se considerado estar em prática a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Neste âmbito, considera-se adotar um plano de igualdade quando ocorrer definição do projeto e a respetiva autorização para crescimento do quadro de pessoal.

Como referido nos pontos 1 e 2, a sustentabilidade económica da empresa, independentemente de apresentar um balanço positivo, está associada às decisões que possam ser adotadas no que reporta os modelos de contratação e organizacional, em particular na fase de exploração.

A esta matéria se reporta a reflexão e propostas elaboradas pela Metro Mondego, de entre as quais se refere a *“Reflexão sobre a execução e operacionalização do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) / solução Metrobus”*, onde se identificaram e analisaram de forma sistematizada possíveis cenários para a operacionalização do Projeto.

Evidencia-se, ainda, a necessidade de revisão e adaptação das bases da concessão, atento à solução tecnológica adotada, em Metrobus, e ao Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP)⁸, que “representa uma profunda alteração do

⁸ Lei nº 52/2015, de 9 de junho.

modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado, em Portugal”.

De acordo com o mesmo e como expresso no documento atrás citado, importa recordar que sendo o Estado *“a autoridade de transportes competente quanto ao serviço público de transporte de passageiros [... designado Sistema de Mobilidade do Mondego] ao abrigo das relações concessórias entre o Estado e os operadores internos [...estão cometidas à] Sociedade Metro -Mondego, S. A., até ao termo das relações de serviço público em vigor”*, entre outras as *“atribuições [... de] definição dos objetivos estratégicos [...], o planeamento, a organização, a operação, [...] a fiscalização, o investimento, o financiamento”*, incluindo: *“d) Investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados [...] sem prejuízo do investimento a realizar pelos operadores de serviço público; e) Financiamento do serviço [... e das] obrigações de serviço público e das compensações pela disponibilização de tarifários sociais bonificados; f) Determinação e aprovação dos regimes tarifários”* .

O entendimento da Metro Mondego quanto papel da sociedade foi transmitido oportunamente à Tutela, refletido nos objetivos presentes na elaboração do PAeO de 2018 e 2019, embora com as limitações orçamentais no mesmo expressas.

Sendo o Estado a autoridade de transporte para o SMM, a articulação com os municípios, SMTUC (sendo que o Município de Coimbra é a autoridade local de transportes dentro do seu território) e a CIM que é a autoridade de transportes regional, torna-se matéria e prioridade essencial.

10. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A Metro Mondego não recebeu orientações ao relatório do Governo Societário de 2017 pelo que não incorporou recomendações.

A Metro Mondego, sem deixar de sublinhar os constrangimentos que a atual fase de reanálise dos termos de realização do projeto e tendo em conta a reduzida dimensão da empresa bem como as especificidades envolvidas, considera exercer com satisfação o cumprimento dos Princípios de Bom Governo.

RELATÓRIO APROVADO EM COIMBRA A 14 DE MARÇO DE 2019

Pelo Conselho de Administração:

Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo
(Presidente)

Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro
(Vogal)

Eng.º Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira
(Vogal)

11. ANEXOS DO RGS

- 1 - Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração
- 2 - Atas das Assembleias Gerais de 2016
- 3 - Sínteses Curriculares
- 4 - Ata de aprovação do RGS em Conselho de Administração
- 5 - Declaração dos membros do Conselho de Administração
- 6 - Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 7 - Critérios de Avaliação do Administrador Executivo da Metro-mondego, S.A.
- 8 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Metro-Mondego, S.A.

1 - Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração

João Rebelo

DECLARAÇÃO

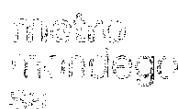
Eu, João José Nogueira Gomes Rebelo, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 14 de março de 2019



rua da Pádua, 41
0000-046 Lisboa, Portugal

tel: +351 239 458 100
fax: +351 239 458 175



metro@metro-mondego.pt
www.metro-mondego.pt

Exm.º Senhor
Inspector-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa

R / AR

em 26 de Dezembro de 2012

004

Assunto: Declaração à Inspeção-Geral de Finanças

Exm.º Senhor

Na qualidade de membro do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A., no cumprimento do disposto no n.º 9 do art. 22.º do DL 71/2007, de 27 de Março e no n.º 22 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, sou a indicar:

a) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, na Metro-Mondego, S.A.:

Não possui quaisquer participações e interesses patrimoniais, não tendo pois nesta alínea nada a declarar.

b) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, noutras empresas:

Sociedades familiares da esposa e em seu nome Maria da Conceição Monteiro Ferreira de Araújo:

1. FERREIRA DE ARAÚJO, LDA – Coimbra – 33%;
2. FERREIRA DE ARAÚJO CONSTRUÇÕES, LDA – Coimbra – 33%;

a) Relações relevantes que mantém com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesses:

Relativamente a esta alínea, nada tenho a declarar.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V.ª Exa. os meus melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Administração

(João Rebelo)

Carlos Ferreira

DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 14 de março de 2019



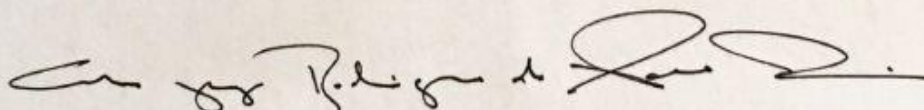
Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira
Rua da Coutada, N.º 221
3220-189 Miranda do Corvo

Exm.º Sr. Inspector-Geral de Finanças

Na qualidade de membro do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A., no cumprimento do disposto no n.º 9 do art. 22.º do DL 71/2007, de 27 de Março e no n.º 22 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, sou a indicar:

- a) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, na Metro-Mondego, S.A.: Nada a declarar.
- b) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, noutras empresas: Nada a declarar.
- c) Relações relevantes que mantém com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, susceptíveis de gerar conflitos de interesse: Nada a declarar.

Com os meus melhores Cumprimentos.
Miranda do Corvo, 04 de Janeiro de 2013

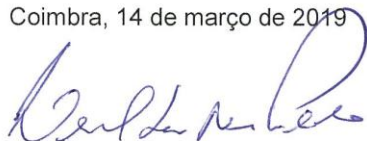


Leonel Pedro

DECLARAÇÃO

Eu, Leonel Serra Nunes Pedro, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 14 de março de 2019





rua rodrigues gusmão, 21
3000-345 coimbra, portugal

tel.: +351 239 488 100
fax: +351 239 483 175

metro
mondego
sa

metro@metromondego.pt
www.metromondego.pt

Exm.º Senhor
Inspector-Geral de Finanças
Rua Angelina Vida, 41
1199-005 Lisboa

R/AR

data: 21 de Dezembro de 2012

n/rep:

0524

assunto: Declaração à Inspeção-Geral de Finanças

Exm.º Senhor

Na qualidade de membro do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A., no cumprimento do disposto no n.º 9 do art.22º do DL 71/2007, de 27 de Março e no n.º 22 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, sou a indicar:

a) Participações e interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, na Metro-Mondego, S.A.:

Não possuo quaisquer participações e interesses patrimoniais, não tendo pois nesta alínea nada a declarar.

b) Participações ou interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, noutras empresas:

Sou possuidor de quota de 50%, na sociedade Serra & Pedro, Lda.

c) Relações relevantes que mantém com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesses:

Relativamente a esta alínea, nada tenho a declarar.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V.ª Exa. os meus melhores cumprimentos

Vogal do Conselho de Administração

(Leonel Serra Nunes Pedro)

2 - Atas das Assembleias Gerais de 2018

Não se realizaram Assembleias Gerais em 2018.

3 - Sínteses Curriculares

Membros da Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Luís Miguel Correia Antunes

Nascido a 31 de Março de 1975, preside, desde novembro de 2011, à Câmara Municipal da Lousã, tendo agora sido empossado para o mandato 2017-2021.

Foi em Vereador em 1999, tendo desempenhado o cargo em regime de não permanência até 2001. Em 2001 passou a ser Vereador em regime de meio tempo até 2005. Em 2005 passou ao regime de tempo inteiro e assumiu a Vice Presidência.

É, atualmente, Presidente da Direção da Dueceira, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro Mondego S.A, Presidente do Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, Presidente da Assembleia Geral da ADXTUR, membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Desempenhou entre julho de 2004 até 2010 o cargo de vogal da Turismo do Centro e foi Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte entre novembro de 2011 e março de 2013.

É Formador certificado pelo IEFP, tem formação em Sistemas de Gestão da Qualidade em Serviços Públicos e frequentou o curso de Gestão na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

Frequentou o programa de Capacitação avançada de líderes (Desenvolvimento Económico e Social Local) promovido pela Universidade Nova - School of Business & Economics.

Pertenceu à direção de diversas associações e outras instituições, nomeadamente à Associação de Estudantes da Associação Académica e Assembleia de Representantes da Universidade de Coimbra.

Vice-Presidente - Paulo Jorge Carvalho Leitão

Data de Nascimento: 9 de Março de 1980

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 2006.

Pós-graduado em Hidráulica Recursos Hídricos e Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra em 2007

Possui diploma em Estudos Pós-graduados MBA para Executivos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 2012.

Atividade Profissional:

Técnico Superior na Engidro Estudos de Engenharia, Lda (2006 a 2008).

Técnico Superior na Águas do Mondego, SA (2008 a 2015)

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra de 2009 a 2013, em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento, Urbanismo, Obras Municipais, Trânsito e Apoio às Freguesias.

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Presidente da RUAS-Associação Univer(s)cidade, no âmbito da Candidatura da Universidade Alta e Sofia a Património da Humanidade;
- Vogal do Conselho de Administração da SRU;
- Vogal do Conselho de Administração do IPARK.

Vereador sem pelouro da Câmara Municipal de Coimbra desde 2013.

Coordenador do Centro Operacional do Choupal da Águas do centro Litoral (desde 2014).

Secretário – Sónia Serrano Pujalrás

Data de Nascimento: 9 de Julho de 1968

Habilitações Académicas:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos.

Atividade Profissional:

Desde 2013 Gestora de Formação na Academia da Infraestruturas de Portugal

Desde 2000 - Técnica na Secretaria-Geral e na Direção de Desenvolvimento Organizacional da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E..

1994/2000 – Técnica no Gabinete Jurídico da Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria – AIP / CCI.

1993/1994 – Técnica no Departamento de Administração e Pessoal da EUROAIR – Companhia Europeia de Transportes Aéreos, S.A..

1991/1994 – Exercício de advocacia em escritório de advogados.

Membros do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração – João José Nogueira Gomes Rebelo

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1955

Habilitações Académicas:

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 1978, especialista em Ordenamento do Território.

Possui o Curso de Defesa Nacional (1996 – 1997).

Estágio no TVA (Tennessee Valley Authority) sobre Gestão Eficiente de Recursos e Energia em Cidades.

Atividade Profissional:

Técnico Superior estagiário na ex - Hidráulica do Mondego (1979).

Técnico Superior na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais / Açores (1980).

Assessor Principal / Técnico Superior da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Centro (CCDRC) desde 1980, onde desenvolveu sucessivamente funções:

- Núcleo Regional de Coordenação (NRC) dos GAT (1980 a 1986);
- Chefe de Divisão de Estudos e Organização de Recursos Locais (1983 a 1986);
- Diretor Regional do Ordenamento do Território / DROT (1986 a 1990);
- Administrador do Projeto MEREC (1983 e 1990).
- Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (1990 a 1996);
- Diretor de Serviços do NRC/GCSAL (1999 e 2002).

Neste período participou em diversas Entidades, Comissões e Grupos de Trabalho em representação da CCDRC (ou CCRC) e do MPAT, das quais se refere:

- Comissão da Reserva Ecológica Nacional / REN (1993 a 2002);
- Delegação de Portugal na Habitat /NU (Turquia);
- Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudos de viabilidade técnica - económica de um metropolitano ligeiro de superfície em Coimbra / MLM (1997-2001);
- Coordenação do PROT do Centro Litoral;
- GT de Criação / revisão da legislação de OT e A, bem como de programas específicos como o PNGRP, PROSIURB, PDR, Programa Aldeias Históricas e PAI da Serra da Estrela.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (2002 a 2009), em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento (Plano Estratégico e PDM), Obras Particulares, Trânsito e Administração Geral e Modernização Administrativa e entre 2002-2006 das Obras Municipais e da Administração Financeira.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra (2006 a 2009)

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Administrador (vogal) da Sociedade Coimbra Polis;
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro-Mondego, S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração da AIRC;
- Presidente da Assembleia-geral da AM do Baixo Mondego e Gândaras;
- Vogal do Conselho de Administração da SRU Coimbra Viva;
- Vogal dos Conselhos de Administração da ATC e IPN - Incubadora;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral do Instituto Pedro Nunes (IPN).

Em paralelo, desenvolveu atividade docente:

- CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) - Módulos das cadeiras de "Instrumentos de Participação Pública em Gestão Urbanística", "Planeamento Territorial e Desenho Urbano" e "Ordenamento do Território e Gestão Ambiental", dos Cursos de Especialização em Gestão Urbanística e de Administração Local;
- Escola Superior de Tecnologia de Viseu / IPV, onde tem sido responsável pela cadeira de "Políticas de Ambiente e Ordenamento do Território" da Licenciatura em Ambiente (1999 a 2002).

Membro da Ordem dos Engenheiros (CP n.º 14 807), Especialista em Ordenamento do Território, tendo sido membro da Comissão Cultural de Civil e Presidente do Conselho Disciplinar Regional / Região Centro - triénios de 1998/2000 e 2001/2003 (até Janeiro de 2002) e membro do Conselho Jurisdicional.

Vogal da Direção, não remunerado sem funções executivas, da Fundação particular de solidariedade social "Casa de Repouso de Coimbra".

Autor de diversos textos e documentos e tem participado como orador em diversas ações de formação e seminários, nomeadamente, na área do Ordenamento e Planeamento do Território.

Encontra-se desde Maio de 2010 a desempenhar funções como administrador executivo (2010-2012 e 2012-2014) e Presidente (desde 07.11.2012) da Sociedade Metro-Mondego, S.A..

Vogal não executivo - Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira

Data de Nascimento: 15 de Novembro de 1961

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra.

Pós-graduação em Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local.

Atividade Profissional:

É quadro superior da Câmara Municipal de Miranda do Corvo desde 1986, onde desempenhou várias funções técnicas e de direção de serviços.

De 2005 a 2013 desempenhou as funções de Chefe de Gabinete da Presidência na mesma autarquia.

De 2003 a 2005 desempenhou as funções de Delegado Regional de Coimbra do Instituto Português da Juventude.

É, desde 2002, vogal não executivo da administração da Metro-Mondego, S.A..

Como profissional liberal desenvolveu várias consultorias na área do planeamento e do urbanismo.

Foi sócio-gerente e gestor da firma Mirangesp - Gabinete de Projectos Lda.

Foi consultor da empresa de construções António Margarido & Filhos Lda, tendo desempenhado as funções de diretor técnico da mesma.

Foi gerente da firma Quinta da Paiva - Empreendimentos Turísticos e de Habitação Lda.

Presidiu à Comissão das Comemorações do Centenário da República em Miranda do Corvo e pertenceu à Comissão Científica e Executiva do Centro de Estudos Republicanos Amadeu Carvalho Homem.

Foi fundador da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional e presidente do seu Conselho de Fundadores.

Foi fundador da Fundação ADFP e é vice-presidente do seu Conselho Geral.

Foi fundador do Centro Hípico de Miranda do Corvo. Foi presidente da Direção do mesmo e atualmente preside à Mesa da Assembleia Geral.

É presidente da Direção do Mirante - Cooperativa de Informação e Cultura CRL.

Foi diretor do Jornal Mirante entre 2002 e agosto de 2018.

Vogal não executivo - Leonel Serra Nunes Pedro

Data de Nascimento: 3 de Junho de 1964

Habilitações Académicas:

1994 Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Atividade Profissional:

Metro-Mondego, S.A.

É desde novembro 2012 Administrador não Executivo.

Foi entre 2004 e 2007 Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

CP-Comboios de Portugal, E.P.E

Desde Setembro 2017 - Chefe Divisão da Gestão de Meios Centro (Maquinistas e Revisores) em acumulação com a Gestão Operacional da Frota - Direção de Exploração da CP.

Entre Dezembro 2014 e Agosto 2017 – Diretor da Gestão de Frota Operacional.

Entre Março 2012 e Novembro 2014-, Responsável do Material Circulante da CP Longo Curso e Regional.

Entre 2005 e 2012 Responsável pela Gestão de Instalações e Equipamentos da CP Regional.

Entre 2001 e 2005 Responsável pelos Centros de Acompanhamento de Tráfego Ferroviário (CAT) da Zona Centro do País. (Linha da Beira Alta, Beira Baixa, Ramal da Lousã, Oeste, Alentejo, Ramal de Cáceres e Linha do Norte entre Santarém e Pampilhosa). Responsável pela resolução de situações de forte perturbação de tráfego. Responsável pelas Equipas e Postos de Revisão de Material Circulante de Coimbra, Guarda, Figueira da Foz, Entroncamento e Abrantes.

Entre 1994 e 1996 Tráfegos Agrícolas e Florestais - Direção Comercial de Mercadorias.

EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (Grupo CP)

Entre 1999 e 2001 foi Responsável da Qualidade – Grupo Oficinal da Figueira da Foz.

Entre 1996 e 1999 - Gestor Responsável pela manutenção da frota de locomotivas diesel. Região de Manutenção Centro – Entroncamento.

Fiscal Único

A **Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados S.R.O.C., Lda, (RLGM)** foi constituída em 19 de Agosto de 1993, está inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e na CMVM com os n.ºs 116 e 20161435 respetivamente, tem a sua [sede](#) na Rua D. João de Castro, N.º 71-C 4.º Dtº., no Entroncamento. Atualmente integra três sócios Revisores Oficiais de Contas e um não revisor - Carlos António Rosa Lopes (ROC n.º 645), José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833), João Manuel Rosa Lopes (ROC n.º 1029), para além de 7 outros licenciados na área económica e financeira. Os Sócios ROC são todos Mestres por Universidades Públicas Portuguesas (ISCTE), e lecionaram no ensino Superior (Institutos Politécnicos de Santarém e Tomar). O sócio não Revisor (economista) possui o mestrado no *IE - Instituto Empresa Business School de Madrid*.

A atividade da sociedade é exercida exclusivamente no âmbito do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e consiste na revisão legal das contas, na auditoria às contas e nos serviços relacionados, tais como avaliações, fusões e *corporate finance*.

A **RLGM** presta serviços a mais de 150 empresas, no continente, ilhas (Açores e Madeira) e Angola. Atua numa grande diversidade de [sectores](#) de atividade:

Ambiente, Agricultura, Associativismo, Comércio (aço, alimentar, automóvel e vestuário); **Construção Civil** e obras públicas, **Indústria** (calçado, cerâmica, confeções, curtumes, farmacêutica, frio industrial, material escolar, papel, plásticos e produtos químicos), **Municípios** e empresas municipais, **Empresas Públicas** – Transportes (Metro Mondego) e **Saúde** (Hospitais – Atualmente Hospital Magalhães de Lemos e anteriormente Hospital de Santa Maria da Feira) e **Serviços** (Ensino, Fundações, Lares e Museus)

Encontra-se credenciada e tem prestado serviços de verificação de fundos comunitários.

Efetivo – José de Jesus Gonçalves Mendes

Data de Nascimento: 24 de Dezembro de 1956

Habilitações Académicas:

Mestre em Ciências Empresariais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – dissertação sobre o tema: CBA - Custeio Baseado na Atividade (2000).

Licenciado em Gestão de empresas pelo Instituto Superior de Economia (ISE) - (1980).

Atividade profissional:

1993 - ... Sócio gerente e Revisor Oficial de Contas da RLGM & A, Lda, desde a sua constituição.

Trabalhos de auditoria realizados a empresas nos mais diversos sectores de atividade e dimensão;

Auditoria e consultoria realizada junto da administração local;

Transformação e fusão de sociedades;

Implementação de sistemas de contabilidade financeira e de contabilidade e controlo de gestão.

2008 - 2010 Membro da Comissão da Técnica do Sector Público da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

1991-2011 Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém. Coordenador da área de Contabilidade.

1990-1992 Responsável Administrativo e Financeiro da empresa Britaire - Britas da Serra d'Aire, Lda (grupo Terrazul)

1983-1990 Inspetor da IGF – Inspeção Geral de Finanças:

- IAL (Serviço de Inspeção às Autarquias Locais) – 1988 a 1990

- SA (Serviço de Auditoria) – integrava o grupo dos Transportes (CP, Carris, Metro, RN, STCP, TAP e Transtejo), – 1983 a 1988

1980 -1983 Diretor Financeiro da Habisocial, Lda - Barreiro

Suplente – João Manuel Rosa Lopes

Data de Nascimento: 24 de Agosto de 1954

Habilitações Académicas:

- Doutorando em Gestão, no ISCTE; Tese: “A Utilização de derivados como instrumento de cobertura de risco após a SFAS 133” (Não concluída).

- M.B.A. / Mestrado em Gestão, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial, no ISCTE 1991/92. Tese (Aprovada com 'Muito bom') – “A relação entre o Risco Sistemático e os Indicadores Contabilísticos de Empresas Cotadas nas Bolsas de Valores Portuguesas”.

- Frequência de Curso de Mestrado em Economia, na Universidade Nova de Lisboa, 1978/79.

- Licenciatura em Finanças, pelo ISE (actual ISEG) - Instituto Superior de Economia, com média final de 16 valores – 1971/76.

Fluência em Inglês e Espanhol;

Atividade profissional:

1998 – 2015... Revisor Oficial de Contas, Consultor de gestão de empresas.

1998 – 2011 Professor no Ensino Superior – Instituto Politécnico de Tomar

1994 – 1998 Administrador da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, S.A em representação do SULPEDIP e cuja principal missão foi executar com sucesso um processo de "Turnaround."

1990 a 1994 - Administrador da MAP - Matérias Plásticas, S.A., em Leiria.

1993 a 1994 - Professor Ensino Universitário (particular) de Gestão Estratégica.

1983 a 1989 - Director Administrativo e Financeiro da MAP-Matérias Plásticas, Lda;

1980 a 1983 - Chefe dos Serviços Administrativos na DARTLUSO (Fábrica de produtos Tupperware em Portugal), em Constância.

1979 a 1980 - Auditor na Price Waterhouse.

1977 a 1980 - Assistente da cadeira de Economia II (Microeconomia e Macroeconomia), no curso de 'Gestão de Empresas', no ISCTE.

1976 a 1977 - Professor do Ensino Secundário.

Outras atividades:

- Ex-Vogal das Comissões de Inscrição e da Responsabilidade Social Empresarial da OROC;

- Ex-Membro do Institute of Management Accountants;

- Formador da CTOC - Impostos diferidos.

4 - Ata de aprovação do RGS em Conselho de Administração

MINUTA DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DE 2018 E DO RELATÓRIO E CONTAS DE 2018

(Respeitante à ata nº 315)

No dia 14 de Março de 2019, pelas 18:10 horas, o Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A. deliberou aprovar a minuta do Relatório de Governo Societário de 2018 e do Relatório e Contas de 2018 dos quais, devidamente rubricados por todos os membros do referido órgão, se juntam cópias em anexo.





5 - Declaração dos membros do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO

Eu, João José Nogueira Gomes Rebelo, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 14 de março de 2019



DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

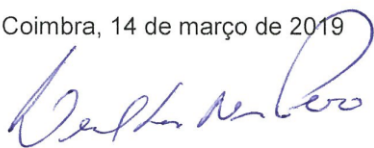
Coimbra, 14 de março de 2019



DECLARAÇÃO

Eu, Leonel Serra Nunes Pedro, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 14 de março de 2019



6 - Relatório e Parecer do Fiscal Único



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

112
A

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2018, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), os membros não executivos do órgão de administração, expressaram uma opinião positiva, sobre o desempenho individual do gestor executivo, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/2
A

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2018, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), os membros não executivos do órgão de administração, expressaram uma opinião positiva, sobre o desempenho individual do gestor executivo, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.

7 - Critérios de Avaliação do Administrador Executivo da Metro-Mondego, S.A.

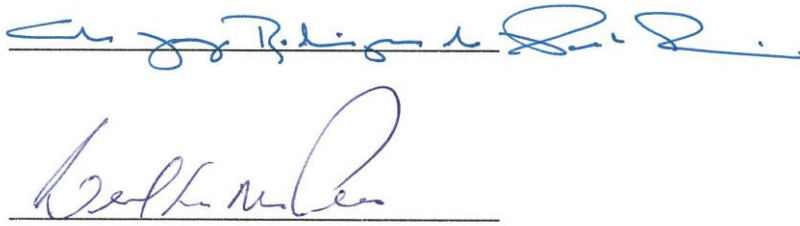
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO DA METRO MONDEGO, S.A.

A avaliação do desempenho do Administrador Executivo assenta em critérios pré-determinados, constituídos pelos seguintes indicadores:

- Estratégia de gestão, tendo em vista a minimização da assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindível;
- Redução de despesa, de acordo com a lei aplicável e as instruções da Tutela;
- Adequação da estrutura à atividade da sociedade;
- Atuação de acordo com o interesse dos acionistas e o interesse público inerente à Concessão.

Coimbra, 14 de março de 2019

Os administradores não executivos:



**8 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Metro-Mondego, S.A.
aprovado pelo CA em 20 de fevereiro de 2019**

**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO
E INFRACÇÕES CONEXAS DA METRO-MONDEGO, S.A.**

(para vigorar em 2019)

**EM CONCORDÂNCIA COM A RECOMENDAÇÃO N.º 1/2009
DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO**

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o qual desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

Em 1 de Julho de 2009, o CPC aprovou a Recomendação n.º 1/2009, publicada no DR, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, sobre planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Nos termos do n.º 1 dessa Recomendação, “os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas ...”.

O presente Plano estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, os critérios de risco, as funções e as responsabilidades, na estrutura e organização interna da Metro-Mondego, S.A..

Integra o presente plano o Código de Conduta do Governo, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2016, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 182, de 21 de setembro de 2016, que dele constitui Anexo, sendo aplicável a todos os colaboradores da Metro-Mondego, S.A., com as necessárias adaptações.

O presente Plano e o seu Anexo dirigem-se a todos os colaboradores diretos da Metro-Mondego, S.A., independentemente da natureza do vínculo jurídico com esta estabelecido.

PARTE I

ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE, ORGANOGRAMA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

1. Atribuições

A Metro-Mondego, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o sector empresarial do estado (cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto).

Os membros do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A. estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.

De acordo com os respetivos estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro, as participações sociais no capital dos acionistas da Metro-Mondego, S.A. correspondem às percentagens seguintes:

- a) Estado — 53%;
- b) Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã - 14% cada um;
- c) Infraestruturas de Portugal, I.P. — 2,5%;
- d) CP — 2,5%.

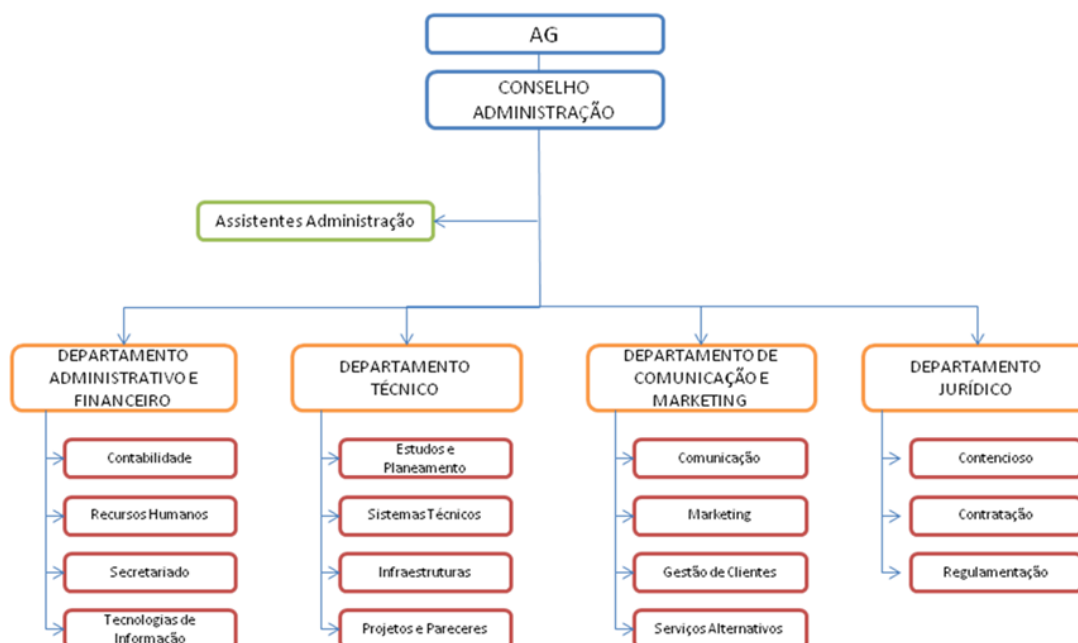
A Metro-Mondego, S.A. é **concessionária, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nas áreas dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã**, tal como consta das Bases da Concessão, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro e alteradas pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de Dezembro.

Enquanto concessionária, a Metro-Mondego, S.A. tem como objeto e atividade principal a realização das prestações inerentes à concessão, ou seja, a conceção, projeto, realização das obras de construção, fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema objeto da concessão e sua exploração.

Pode ainda exercer as seguintes atividades autónomas, que são acessórias do objeto da concessão e destinam-se a assegurar os fins sociais do sistema de transporte concessionado e o equilíbrio comercial da sua exploração:

- a) Exploração comercial, direta ou indireta de estabelecimentos comerciais, escritórios, salas de exposições, máquinas de venda de produtos e serviços de publicidade aposta nas instalações do sistema ou no material circulante;
- b) Promoção, direta ou indireta, da construção ou venda de edifícios para fins comerciais, industriais ou residenciais nos terrenos ou edifícios que integrem o seu património, nomeadamente, devido a entradas dos acionistas;
- c) Prestação de serviços, nomeadamente de consultadoria e de apoio técnico;
- d) Transferência de tecnologia e de *know-how*.

2. Organograma e recursos humanos



Os Estatutos da Metro-Mondego, S.A., publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro, foram alterados na Assembleia Geral de 7 de Novembro de 2012, tendo o número de administradores sido reduzido para três, dois quais um executivo e dois não executivos.

O Administrador executivo é o Presidente do Conselho de Administração, Eng. João Rebelo. São Administradores não executivos os vogais o Eng. Carlos Ferreira e o Eng. Leonel Serra.

O Revisor Oficial de Contas é a sociedade Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC.

O Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) têm como responsável o Dr. Pedro Silva.

Os Recursos Humanos encontram-se sob a alçada do Departamento Administrativo e Financeiro.

A Metro-Mondego, S.A. conta ainda com colaboradores, em efetividade de funções, repartidos pelas várias unidades ou departamentos, atualmente, nos seguintes termos:

- Eng. Rui Querido, Eng. João Teixeira, Eng. Eduardo Ribeiro e Eng. Pedro Sendas integram o Departamento Técnico, sendo este último o responsável pela respetiva coordenação;
- Dr. Rodrigo Porto, técnico no Departamento de Comunicação e Marketing;
- Dra. Helena Duarte, Assistente de Administração e Secretariado Geral;

As tarefas atribuídas ao Departamento Jurídico são asseguradas, em regime de prestação de serviços, pelo Dr. Rafael Vale e Reis;

As tarefas de Tecnologias de Informação são asseguradas, em regime de prestação de serviços, pela empresa Ensoorigins, Lda., sendo o contacto principal o Eng. Carlos Ramos.

Os serviços de Contabilidade e Assessoria Fiscal são assegurados, em regime de prestação de serviços, pela Dra. Dora Ferro.

Eventuais alterações ao quadro de colaboradores implicarão a sujeição dos mesmos ao presente Plano, nos termos do enquadramento das funções a definir pelo CA.

3. Recursos financeiros

A Metro Mondego até ao início de cada ano apresenta um Plano de Atividades e Orçamento para o exercício que se avizinha. Neste documento evidencia-se a estratégia da Administração ao nível de investimento e despesas de funcionamento para o seguimento da linha orientadora de implementação do Sistema de Mobilidade de Mondego (SMM). Este documento é apresentado - considerando que o SMM ainda não está em operação e, portanto, não tem receitas próprias de exploração - com base nas perspetivas de receita ao nível das transferências de dotação de Orçamento de Estado.

4. Instrumentos de gestão

São instrumentos de gestão da Metro-Mondego, S.A.:

- O Plano de Atividades e Orçamento;
- Relatórios de Execução Trimestral;
- Demonstrações Financeiras Semestrais com Revisão Limitada pelo Revisor Oficial de Contas;
- Demonstrações Financeiras do Exercício com Revisão Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único.

PARTE II

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

1. Breve explicação dos principais tipos de crimes de corrupção e crimes conexos (fonte: *“Prevenir a Corrupção: Um Guia Explicativo Sobre a Corrupção e Crimes Conexos”*, Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça (GRIEC), 2007)

A - Corrupção passiva para ato ilícito - O funcionário ou agente do Estado que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão contrários aos deveres do cargo pratica o crime de **corrupção passiva para ato ilícito**.

Exemplo: Um funcionário de um Serviço de Finanças que recebe determinada quantia para não aplicar uma coima a um contribuinte que está a entregar uma declaração fiscal fora do prazo legalmente previsto.

B - Corrupção passiva para ato lícito - O funcionário ou agente do Estado que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer ato ou omissão não contrários aos deveres do cargo pratica o crime de **corrupção passiva para ato lícito**.

Exemplo: Um funcionário de uma Conservatória que receba um presente por proceder à inscrição de um determinado ato sujeito a registo, desrespeitando a ordem de entrada dos pedidos, beneficiando aquele que lhe oferece o presente.

C - Corrupção de eleitor (...)

D - Corrupção ativa - Qualquer pessoa que por si, ou por interposta pessoa, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro, com o conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que a este não seja devida, quer seja para a prática de um ato lícito ou ilícito, pratica o crime de **corrupção ativa**.

Exemplo: Condutor que, intercetado por um agente da Brigada de Trânsito, em excesso de velocidade, promete àquele uma quantia monetária para não ser sancionado.

E - Corrupção com prejuízo do comércio internacional - Quem, por si ou por interposta pessoa, der ou prometer a funcionário ou a titular de cargo político, nacional ou estrangeiro, ou a terceiro com o conhecimento daqueles, vantagem patrimonial ou não patrimonial para obter ou conservar um negócio, um contrato ou outra vantagem indevida no comércio internacional pratica o crime de **corrupção com prejuízo do comércio internacional**.

Exemplo: Empresário que promete compensação financeira a um titular de um cargo político para que este o indique como fornecedor preferencial de um determinado produto a exportar para outro país, violando as regras da concorrência e do mercado livre.

F - Corrupção no desporto (...)

G - Abuso de poder – Comportamento do funcionário que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa.

Exemplo: Autarca que urbaniza terrenos de um familiar seu, a fim de os valorizar, ou funcionário que deliberadamente recuse uma determinada licença, sem para tal ter fundamento legal, a fim de evitar que a loja que se situa no rés-do-chão do seu prédio possa colocar um letreiro publicitário do qual não gosta.

H - Peculato – Conduta do funcionário que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções.

Exemplo: Um funcionário de uma junta de freguesia que utiliza em proveito próprio o dinheiro pago por comerciantes para obtenção de espaço de venda numa feira.

I - Participação económica em negócio – Comportamento do funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar.

Exemplo: Autarca que promove a permuta de terrenos entre a autarquia e um familiar seu, com prejuízo para o interesse público.

J - Concussão – Conduta do funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima,

vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.

Exemplo: Funcionário que ao receber documentação para instruir um processo de licenciamento para remodelação de um muro cobra uma taxa não prevista na lei.

L - Tráfico de influência – Comportamento de quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública.

Exemplo: Funcionário de uma empresa de computadores que solicita uma determinada quantia em dinheiro ao seu diretor para garantir que será aquela empresa a fornecer os computadores a um determinado Ministério no qual seu irmão é Diretor-Geral.

M - Suborno – Pratica um ato de suborno quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a prestar falso depoimento ou declaração em processo judicial, ou a prestar falso testemunho, perícia, interpretação ou tradução, sem que estes venham a ser cometidos.

Exemplo: Um arguido em processo penal tenta convencer o intérprete encarregado de traduzir para português o depoimento de uma testemunha estrangeira a não o fazer integralmente, mediante promessa de compensação financeira.

2. Riscos de corrupção e crimes conexos⁹

2.1. Conceito de risco e gestão de risco

Pode definir-se risco como o evento, situação ou circunstância futura com probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objetivos de uma unidade organizacional.

A gestão do risco é o processo através do qual as organizações analisam metodicamente os riscos inerentes às respetivas atividades, com o objetivo de atingirem uma vantagem sustentada em cada atividade individual e no conjunto de todas as atividades¹⁰.

A gestão do risco deve ser organizada e levada a cabo ao nível dos programas, projetos e atividades principais ou ao nível de funções e departamentos, dependendo do projeto ou da natureza funcional da atividade.

O presente Plano de prevenção de riscos de gestão incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas constitui um instrumento para a gestão do risco como suporte do planeamento estratégico, do processo de tomada de decisão e do planeamento e execução das suas atividades.

⁹ Segue-se de perto o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

¹⁰ In Norma de gestão de riscos, FERMA 2003, apud Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas) da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

Este Plano obedece aos princípios da integridade institucional, da disciplina, da responsabilidade e da transparência de atos e de decisões, inerentes à otimização dos recursos próprios da governação ética e da gestão por objetivos.

2.2. Fatores de risco

De entre os vários fatores que levam a que o desenvolvimento de uma atividade comporte um maior ou menor risco destacam-se os seguintes:

- 1 – Qualidade da gestão;
- 2 – Integridade;
- 3 – Qualidade do sistema de controlo interno;
- 4 – Motivação do pessoal.

2.3. Funções e responsabilidades

GESTÃO DE RISCOS	
DECISOR	FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
Conselho de Administração	Os respetivos titulares são, colegialmente, os gestores do plano. Estabelecem a arquitetura e os critérios da gestão de risco, cuidando da sua revisão quando necessário, com a colaboração do Departamento Jurídico.
Responsáveis por todos os departamentos	São os responsáveis pela organização, aplicação e acompanhamento do Plano na parte respetiva. Identificam, recolhem e comunicam ao Administrador executivo qualquer ocorrência de risco com provável gravidade maior. Responsabilizam-se pela eficácia das medidas de controlo do risco na sua esfera de atuação.

2.4. Áreas de risco

Os riscos de gestão incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas configuram factos que envolvem potenciais desvios no desenvolvimento da atividade, gerando impactos nos seus resultados.

A Gestão do Risco identifica e previne atempadamente as áreas e factos com potencial danoso na Organização, através de uma metodologia assente em fases e etapas interativas.

Na Metro-Mondego, S.A. identificam-se as seguintes áreas com probabilidade de Risco:

- Gestão Estratégica
- Área Técnica
- Administração Económica/Financeira
- Auditoria e Controlo
- Tecnologias de informação
- Gestão de Recursos Humanos

2.5 Metodologia subjacente à Gestão e Controlo do Risco

A Gestão dos Riscos implica uma atuação disciplinada em várias fases, a saber:

A - Identificação e definição do risco - Nesta fase deve proceder-se ao reconhecimento e à classificação de factos cuja probabilidade de ocorrência e respetiva gravidade de consequências configurem riscos de gestão incluindo riscos de corrupção e de natureza similar.

B - Análise do risco - para classificar o risco segundo critérios de probabilidade e de gravidade na ocorrência, estabelecem-se conjuntos de critérios, medidas e ações, distribuindo-se por tipos consoante as consequências sejam estratégicas ou operacionais;

O nível de risco é uma combinação do grau de probabilidade com a gravidade da consequência da respetiva ocorrência, de que resulta a graduação do Risco.

Critérios de Classificação do Risco:

Fatores de graduação	Baixa	Média	Alta
Probabilidade da ocorrência	Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de obviar o evento com o controlo existente para o tratar	Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de obviar o evento através de decisões e ações adicionais	Forte possibilidade de ocorrência e escassez de hipóteses de obviar o evento mesmo com decisões e ações adicionais essenciais
Fatores de graduação	Baixa	Média	Alta
Gravidade da Consequência	Dano na otimização do desempenho organizacional, exigindo a recalendarização das atividades ou projetos	Perda na gestão das operações, requerendo a redistribuição de recursos em tempo e em custos	Prejuízo na imagem e reputação de integridades institucional, bem como na sua eficácia e desempenho da sua missão

C - Avaliação e Graduação do risco - A cada risco identificado deve ser atribuída uma graduação fundada na avaliação da probabilidade e de gravidade na ocorrência. **Os riscos são classificados como elevado, moderado ou fraco.**

Importa, pois, identificar os riscos na organização da Metro-Mondego, S.A.

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NA METRO-MONDEGO, S.A.		
DECISOR / ÁREA OU DEPARTAMENTO	CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	TIPO DE RISCO E JUSTIFICAÇÃO SUMÁRIA
Assembleia Geral	<i>Risco fraco</i>	A AG reúne anualmente para apreciar relatórios de atividade e prestação de contas, nos termos dos estatutos da sociedade, bem como planos de atividade e orçamentos anuais ou plurianuais, e todas as matérias da sua competência, incluindo a alienação de património. Existem também reuniões da AG com fins eleitorais, sendo determinante a posição maioritária do Estado como acionista.
Conselho de Administração	<i>Risco moderado</i>	Assumpção de responsabilidades pela empresa indevidas devido a não cumprimento integral ou inobservância das normas legais ou de boas práticas que garantam as melhores condições de aquisição de bens ou serviços ou a execução de obras. O CA reúne com periodicidade frequente sobre a gestão dos projetos aprovados em AG no âmbito dos planos anuais e estratégicos, precavendo-se nas decisões que toma com sistema de pareceres emitido pelos departamentos e com auditorias que sistemática e regularmente adota
Administrador executivo	<i>Risco moderado</i>	Assumpção de responsabilidades indevidas por incumprimento de normas legais, das competências delegadas pelo CA, bem como de deliberações deste.
Departamento jurídico	<i>Risco fraco</i>	Decorrente da intervenção meramente consultiva e de teor exclusivamente técnico-jurídico; rara intervenção na sugestão de despesas a realizar bem como na indicação de entidades terceiras a contratar.
Assistente de administração	<i>Risco fraco</i>	Trata-se de um tipo de trabalho de apoio que não interfere diretamente com afetação de recursos
Organização e sistemas de	<i>Risco fraco</i>	Idem como anterior

informação		
Departamento administrativo e financeiro	<i>Risco moderado</i>	<p>Decorrente da eventual não aplicação das boas práticas para seleção dos prestadores de serviços necessários para a execução das ações a cargo do Departamento Administrativo e Financeiro assim como da possibilidade de transmissão de informação que possa eventualmente advir numa vantagem para terceiros.</p> <p>O Departamento Administrativo e Financeiro controla a execução orçamental e realiza as operações de pagamento das variadas atividades da empresa. Os pagamentos são agendados acontecendo sempre através de assinatura do Presidente do Conselho de Administração e Responsável Financeiro (ou ainda com a participação da assinatura dos 2 elementos não executivos, se necessário) tanto ao nível de cheques como ao nível de pagamentos por transferência bancária. Não existe autonomia dos pagamentos, excetuando no fundo fixo de caixa, que está sob alçada de revisão do Presidente do CA. O Processamento de ordenados obedece ao mesmo critério de pagamento. Existe ainda um controlo desta rubrica ao nível dos relatórios de execução trimestral.</p> <p>Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, no âmbito do SNC-AP [Sistema Nacional de Contabilidade – Administração Pública], a empresa passou a contabilizar o cabimento e compromisso de todas as operações, conferindo um acréscimo de controlo da despesa em função do orçamento aprovado.</p>
Departamento técnico	<i>Risco moderado</i>	<p>Decorrente da eventual não aplicação das boas práticas para seleção dos prestadores de serviços necessários para a execução das ações a cargo do Departamento Técnico assim como da possibilidade de transmissão de informação que possa eventualmente advir numa vantagem para terceiros.</p> <p>Aplicando as regras do Código dos Contratos Públicos, o risco associado à escolha de fornecedores é fraco a moderado, dado que os</p>

		mesmos são selecionados com base em concursos públicos ou ajustes diretos baseados em caderno de encargos. Todos os custos do Departamento de valor inferior a 5.000€ são devidamente autorizados pelo Conselho de Administração.
ROC	<i>Risco fraco</i>	Intervenção meramente externa, nos termos das competências legalmente fixadas.
Departamento de comunicação e marketing	<i>Risco moderado</i>	<p>Decorrente da eventual não aplicação das boas práticas para seleção dos prestadores de serviços necessários para a execução das ações a cargo do Departamento de comunicação e marketing assim como da possibilidade de transmissão de informação que possa eventualmente advir numa vantagem para terceiros.</p> <p>Aplicando as regras do Código dos Contratos Públicos, o risco associado à escolha de fornecedores é fraco a moderado, dado que os mesmos são selecionados com base em concursos públicos ou ajustes diretos baseados em caderno de encargos. Todos os custos do Departamento de valor inferior a 5.000€ são devidamente autorizados pelo Conselho de Administração.</p>
Secretariado geral	<i>Risco fraco</i>	Trata-se de um tipo de trabalho de apoio que não interfere diretamente com afetação de recursos, exceto aquisição e gestão de consumíveis.

PARTE III**MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS**

Uma vez identificados os riscos, cabe determinar quais as medidas a pôr em prática para que o risco não venha a ocorrer ou seja minimizado no caso de ser impossível evitá-lo.

Na Metro Mondego, S.A., têm sido adotadas várias medidas, de natureza distinta e operantes em diferentes planos da sua atuação tendo em vista evitar esse riscos ou minimizá-los.

De entre essas medidas, destacam-se:

MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS NA METRO-MONDEGO, S.A.	
DECISOR / ÁREA OU DEPARTAMENTO	DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS
ASSEMBLEIA GERAL, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADOR EXECUTIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de uma gestão documental, registando sempre todas as entradas e saídas de documentos sob forma digital; • A Metro Mondego tem circuitos de entrada de informação, pelo que esta percorre o Administrador executivo e os responsáveis pelas matérias envolvidas; • O cumprimento integral das disposições relativas à contratação pública, tal como resulta do Código dos Contratos Públicos (CCP) e legislação conexa, com a utilização de Plataforma Eletrónica; • Estabelecimento de um procedimento (que pode ser mais restritivo do que o legal) de limitação de acordo com um critério e uma regra objetiva do número de contratações diretas e consecutivas ao mesmo fornecedor; • Estabelecimento de critérios para a nomeação quando tecnicamente adequado de júris diferenciados para os vários procedimentos de contratação pública; • Implementação de circuitos formais e auto-controláveis de correspondência e Informações que garantam que a correspondência relevante é levada ao conhecimento do CA; São encaminhadas diretamente aos serviços comunicações sobre assuntos já a cargo de departamento específico, na sequência de autorização prévia superior • O próprio CA pode requerer despacho intermédio se este não

	existir e assim achar conveniente.
RESPONSÁVEIS POR TODOS OS DEPARTAMENTOS	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto e da Consulta Prévia, com consultas muito frequentes ao mercado, por forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites; • As consultas preliminares ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da Metro Mondego e as decisões finais são determinadas pelo CA; • Internamente, mais do que uma pessoa está envolvida nos processos de aquisição, principalmente em todos os que envolvam fluxos financeiros; • O acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, atividades e projetos. Introduzido o registo de cabimento e compromisso da despesa e receita estritamente ligado ao orçamento aprovado. Complementarmente, permanece em prática o registo analítico da despesa, por projeto e natureza, para o acompanhamento próximo dos gestores de cada projeto. A informação será possível obter a qualquer momento e sempre que se pretenda; • A implementação de regras internas de notificação do estado de evolução de projetos, procedimentos ou outros eventos relativos à atividade da empresa; • Controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, com o particular acompanhamento do Departamento Jurídico, sob coordenação do CA; • Controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento Jurídico. • Programação de ações de formação adequada tendo em vista a preparação dos colaboradores da Metro-Mondego, S.A, para a gestão dos riscos identificados no presente Plano. • As Informações são elaboradas sempre por elementos que não pertencem ao Conselho Administração e terão circuito previamente definido de modo a que quem elabora a informação indicará se necessita de recorrer a despacho intermédio (Departamento e/ou Gabinete Jurídico e Financeiro) até chegar ao CA para deliberação;

As medidas acabadas de referir devem, pois, ser seguidas (continuar a sê-lo e/ou passar a sê-lo) tendo em vista a eliminação ou minimização dos riscos identificados.

PARTE IV

ESTRATÉGIAS DE AFERIÇÃO DA EFECTIVIDADE, UTILIDADE, EFICÁCIA E EVENTUAL CORRECÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS

1. Acompanhamento e avaliação

O Conselho de Administração procede ao controlo periódico no sentido de verificar se está a ser assegurado o cumprimento das regras do Plano e os seus efeitos práticos.

Com o apoio dos Departamentos, elabora, para o efeito, um relatório adequado, no final de cada ano.

A revisão e a validação anuais devem constar de Relatório de Execução.

Para além da periodicidade das revisões, validações e atualizações acima indicadas, os colaboradores devem informar o Conselho de Administração, sempre que surjam riscos elevados que importem prevenir.

2. Atualização do plano

Os responsáveis pelos Departamentos devem, no Relatório Anual de Execução do Plano, recomendar a atualização do Plano, sempre que tal se revele necessário, tendo em conta as revisões e validações acima previstas.